

Educação à Distância em Moçambique

Wim Neeleman, Arnaldo Nhavoto

RESUMO

Este artigo descreve a política e a estratégia de implementação da educação a distância em Moçambique, contextualizando-as historicamente.

ABSTRACT

This article describes the policy and implementation strategy of distance education in Mozambique, placing them into an historical context.

RESUMEN

Este artículo describe la política y la estrategia de implementación de la educación a distancia en Mozambique, contextualizando historicamente.

INDICADOR	ANO	ESTATÍSTICA	FONTE
População	1999	17.936.000	UNESCO (2002): 204
% com menos que 15 anos	2001	44,0% (em 2001)	UNDP (2003): 253
PNB per capita	2001	US\$ 200	UNDP (2003): 281
Índice desenvolvimento humano	2001	0,356	UNDP (2003): 240
Esperança de vida à nascença	2001	39,2 anos	UNDP (2003): 240
% de adultos (15-49 anos) vivendo com HIV/AIDS	2001	13,0%	UNDP (2003): 261
Alfabetismo adulto (15 anos e mais): Geral; Mulheres; Homens.	2000	Geral: 44,0% (M: 29%) (H: 60%)	UNESCO (2002): 212
Alunos/prof: ensino primário	1999	61 / professor	UNESCO (2002): 261
% prof. fem. no ensino primário	1999	25,3% mulheres	UNESCO (2002): 261
Número de telefones fixos	2001	5 / mil habitantes	
Número de telefones celulares	2001	9 / mil habitantes	
Utilizadores de Internet	2001	1,7 / mil habitantes	UNDP (2003): 277



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM MOÇAMBIQUE

Pioneiros

Numa sala de aulas grande, com móveis toscos de madeira e sem nenhuma decoração nas paredes, um grupo de pessoas aprecia livros didáticos de história, chegados recentemente do Brasil. Todos os presentes são professores de ensino secundário no extremo norte de Moçambique. Nas suas escolas não têm livros tão coloridos como estes que têm à sua frente. As suas escolas encontram-se quase todas em lugares onde nem sequer há telefone ou mesmo electricidade.

Na sala ao lado, um grupo de professores de matemática vê, pela primeira vez, uma calculadora gráfica e discute com alguma apreensão se este novo meio didático não irá afectar negativamente a capacidade dos alunos de construir gráficos - se essas máquinas algum dia chegarem às suas escolas.

Estamos em Cuamba, no Centro de Formação de Profissionais da Educação, construída pela Igreja Católica. Os professores vêm de diferentes escolas secundárias espalhadas pela província do Niassa, numa das partes mais recônditas de Moçambique, onde as estradas são escassas e durante meses - principalmente na época chuvosa - intransitáveis.

Os professores não se dão conta, mas eles são pioneiros. Estão a participar num projecto que é único no seu país: um bacharelato, parcialmente a distância, criado pela Faculdade de Educação da Universidade Católica de Moçambique, a pedido do Ensino Secundário Aberto Moçambicano (ESAM). É uma das primeiras experiências com ensino superior (parcialmente) a distância em Moçambique.

Pela primeira vez na escola

Em Junho de 1975, quando Moçambique se tornou independente, 93% dos seus habitantes nunca tinha tido acesso a qualquer tipo de ensino (PNUD 2001: 31). Moçambique foi uma colónia de Portugal. Durante séculos a presença portuguesa em Moçambique limitava-se à região litoral e ainda no início do século XX, as últimas batalhas foram travadas entre o exército português e a população que se opunha à sua subjugação. Para Portugal, Moçambique sempre foi uma colónia de importância secundária com a sua economia baseada fundamentalmente na agricultura e na exportação de mão-de-obra para as minas sul-africanas. Ao contrário do que aconteceu em Angola, as autoridades coloniais nunca deram muita importância à educação dos moçambicanos, deixando a quase totalidade da população sem nenhum contacto com o ensino formal.

Os sucessivos governos do período pós-independência comprometeram-se a melhorar o acesso ao ensino e, nos primeiros quatro anos, houve uma verdadeira explosão do número de alunos, principalmente no ensino primário. Mas apesar dos esforços inegáveis, hoje, 28 anos após a Independência, a população moçambicana continua a ser uma das menos escolarizadas em todo o mundo. De acordo com dados oficiais, a taxa de analfabetismo da população adulta é hoje de 56,0% (40,0% para os homens e 71,3% para as mulheres; dados de 2000, cf. UNESCO 2002: 212) e Moçambique continua a ser um dos países menos "desenvolvidos", mesmo em comparação com a maior parte dos países à sua volta, na região austral do continente africano.

A guerra que flagelou Moçambique durante as primeiras décadas da sua existência como país independente devastou uma parte considerável da rede escolar. Das escolas existentes no país em 1983, **mais da metade** tinha sido destruída ou encerrada quando a guerra terminou em 1992. Onze anos de paz ainda não foram suficientes para garantir um lugar na escola para cada criança moçambicana. (PNUD 2001: 41)

Não foram apenas as escolas que sofreram os efeitos da guerra. A rede de estradas ficou num estado lastimável, das poucas indústrias que havia antes, uma boa parte fechou, cerca de um milhão e meio de pessoas refugiaram-se em países vizinhos e cerca de cinco milhões deslocaram-se para regiões consideradas mais seguras no interior do país. O repatriamento destas populações foi difícil, devido à grande quantidade de minas, espalhadas pelo país inteiro, cuja remoção é um processo extremamente lento.

No Plano Estratégico de Educação para o quinquénio 1999-2003, lançado em 1998 sob o lema "Combater a Exclusão, Renovar a Escola", lê-se que a "primeira prioridade do Governo é aumentar o acesso às oportunidades educativas em todos os níveis do sistema educativo" (Ministério da Educação 1998: 1).

No entanto, as boas intenções do Governo em relação ao sector da Educação esbarram-se com uma realidade económica muito dura. Os recursos são escassos e as necessidades que concorrem para esses poucos recursos são muitas. Além disto, a política económica do Governo é baseada num programa de reajustamento estrutural, imposto pelas instituições financeiras internacionais.

A pirâmide escolar é caracterizada por uma base muito larga em relação a um topo extremamente estreito. Dados de 1999 indicam que 87,9% de todos os alunos matriculados se encontravam nos primeiros cinco anos do ensino primário, 7,9% nos últimos dois anos do ensino primário, 3,1% no Ensino secundário geral, 0,8% no ensino técnico e apenas 0,4% no ensino superior (dados de 1999 do Ministério da Educação, cf. PNUD 2001: 49).

Mas mesmo o ensino básico não atinge ainda a totalidade da população em idade escolar. Em 1990 a taxa bruta de escolarização no ensino primário foi de apenas 67%, enquanto em 2003 esta taxa se situa por volta dos 113%. Trata-se, sem dúvida, de uma tendência positiva, mas é importante não se esquecer que esses números escondem disparidades muito grandes entre as diferentes regiões do país e - como mostra a tabela em baixo - entre homens e mulheres.

Tabela 1: Taxas brutas de escolarização

Ensino	1990			1999			2003		
	total	mulheres	homens	total	mulheres	homens	total	mulheres	homens
primário	66,9	57,4	76,5	85,4	72,9	98,1	112,7	102,4	122,9
secundário	7,6	5,5	9,7	13,2	10,8	15,5	22,5	18,2	26,9

Para 1990 - UNESCO 2002: 244 e 252;
 Para 1999 e 2003, os dados foram fornecidos pelo Ministério da Educação (em Agosto de 2003).

No início dos anos noventa, a acompanhar a abertura da política econômica e reconhecendo a incapacidade do Estado de satisfazer toda a procura de ensino, o Governo introduziu nova legislação que regula o ensino particular. De acordo com estas novas regras, o Estado continua a definir os currículos e o material didático a ser usado, mas abre espaço para a iniciativa particular na organização do processo de aprendizagem. Em 1999, 1,6% de todas as matrículas no ensino primário eram de escolas particulares, mas no ensino secundário esta percentagem já chegava aos 6,4. (UNESCO 2002: 289)

O aumento explosivo do número de ingressos nos primeiros anos após a Independência só foi possível porque foram recrutados muitos professores, com muita boa vontade, mas sem nenhuma qualificação profissional, aplicando-se o lema revolucionário daquela altura de que "quem sabe um pouco deve ensinar àquele que nada sabe". Esta política teve repercussões graves sobre a qualidade do corpo docente e até hoje cerca de metade dos professores no ensino público tem nenhuma ou quase nenhuma formação como profissional da educação.

Primeiras experiências com educação à distância

O governo que assumiu o poder quando o país chegou à independência, surgiu da guerrilha que tinha combatido o exército colonial. A Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, transformada em partido-no-poder, deu à expansão da educação um lugar de destaque na sua política de desenvolvimento do país, como mostra um slogan da época que exortava a "transformar o país numa escola, onde todos ensinam e todos aprendem" (Buendía Gómez 1999: 225).

No seu Terceiro Congresso, em 1977, a Frelimo, ao analisar a questão do acesso à educação, deu orientações para "estudar até 1979 as condições para o estabelecimento de um centro nacional de ensino por correspondência que utilize também a radiodifusão". Já havia pessoas que faziam cursos por correspondência, principalmente com instituições portuguesas. Mas isto implicava a transferência de valores em divisas, e com a agudização da crise econômica no país, decidiu-se cortar essas transferências, interrompendo assim, quase completamente, esta modalidade de estudo.

Em cumprimento das orientações saídas do Terceiro Congresso foi criado, dentro do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), um Departamento de Ensino à Distância (DED). Este Departamento produziu um documento (Ministério de Educação e Cultura 1980) que é uma espécie de estudo de viabilidade. O documento ampliou o conceito de ensino por correspondência e introduziu no país o termo "ensino à distância". O estudo recomendou que os professores primários fossem considerados o primeiro grupo alvo do ensino à distância.

O DED seleccionou vinte pessoas para constituírem o primeiro núcleo de especialistas em ensino à distância no país. Este grupo começou a ser formado a partir de 1983. Em 1984 teve lugar no país um curso de formação com a duração de cerca de seis meses, dado pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), com financiamento do Governo do Brasil e da UNESCO. Os participantes no curso

foram treinados em três áreas: elaboração de material radiofônico, elaboração de material escrito e planificação e avaliação.

Como produto desta formação foi elaborado um curso de formação para professores primários que, eles próprios, tinham apenas quatro anos de ensino primário. O curso deveria elevar os seus conhecimentos ao nível da 6ª série do ensino primário, e ao mesmo tempo garantir-lhes a sua formação psico-didáctica e pedagógica.

Foram elaborados materiais escritos e programas radiofônicos. O curso foi testado com cerca de 1300 professores em exercício nalgumas das províncias do país. Os programas radiofônicos, transmitidos pela Rádio Moçambique, ganharam imediatamente grande popularidade, não apenas com o grupo alvo, mas também com um grande número de pessoas, ávidas em aumentar os seus conhecimentos, mas sem possibilidade de frequentar escolas regulares.

O grande entusiasmo com que foi lançada esta iniciativa não foi suficiente para sustentá-la no meio de todas as dificuldades que surgiram. O curso arrancou enquanto a formação dos especialistas ainda estava a decorrer, o que resultou frequentemente em atrasos na expedição dos materiais e dos programas radiofônicos. Com o curso ainda na sua fase experimental, o Ministério de Educação decidiu introduzir o novo Sistema Nacional de Educação, alterando os programas e obrigando o curso a rescrever os materiais que acabavam de ser elaborados.

Mas o pior inimigo da recém-nascida educação à distância foi a guerra. Com as comunicações cortadas, com as escolas a funcionarem com dificuldades cada vez maiores e com muitos professores, principalmente nas zonas rurais, enfrentando perigo de vida, a formação de professores à distância teve que ser interrompida.

O DED deixou de existir como departamento do INDE em 1987 e foi integrado, à força, no Departamento de Formação em Exercício de Professores do Ministério da Educação. Esta reorganização mostrou que se tinha perdido a perspectiva de Educação a Distância para todos, que tinha sido a filosofia do DED. Em vez disto, a Educação a Distância passou a ser uma modalidade apenas na formação dos professores. Grande parte dos originais dos materiais escritos e das bobinas com os programas radiofônicos perderam-se .

Novas experiências: formação de professores

Nos anos noventa, novas experiências foram realizadas com a formação dos professores através de programas de educação à distância. O Ministério de Educação decidiu criar o IAP (Instituto de Aperfeiçoamento de Professores) com sede em Maputo, dedicado exclusivamente à formação de professores à distância. A prioridade foi dada, de novo, aos professores primários, principalmente àqueles com uma formação académica equivalente ao ensino primário (7ª série ou menos), sem nenhuma formação profissional. Este curso, com três anos de duração, conhecido por "7ª+3" deveria atingir, numa primeira fase, 3000 professores.

Para se concretizar esta nova experiência contrataram-se os serviços do Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB), financiados por um crédito do Banco Mundial. Infelizmente, não foi feita nenhuma avaliação da experiência da década anterior. Entre 1994 e 1996 foi criada uma equipe de técnicos de ensino à distância, foi definido o currículo para o curso de 7ª+3 e começou-se a elaboração de material. Por motivos técnicos, a componente radiofónica foi deixada de fora e o curso é todo baseado em material escrito.

O IAP foi crescendo e em 1996 o primeiro curso foi lançado. Hoje, sete anos mais tarde, calcula-se que cerca de 7000 professores foram formados. Em todo o país foram criados os chamados "núcleos pedagógicos", baseados em escolas primárias, onde há pelo menos um tutor que presta apoio administrativo e pedagógico aos cursistas. Os tutores são professores formados que recebem uma preparação específica para a sua tarefa de tutor.

O material escrito está dividido em 50 módulos, cada um dos quais exige entre uma e duas semanas de estudo. No final de cada módulo, o cursista é avaliado através de um teste padronizado, de escolha múltipla. Para completar o curso, em vez de fazer um estágio, o cursista deve apresentar três temas perante os seus colegas no núcleo pedagógico, na presença do supervisor .

Outras experiências em educação à distância foram surgindo ao longo dos anos noventa, mas nenhuma à mesma escala do IAP. O Ministério de Educação e, mais tarde, a Universidade Pedagógica, iniciaram

experiências de formação de professores de inglês e de francês, em colaboração com instituições britânicas e francesas.

Mas a educação à distância em Moçambique já não se limita apenas à formação de professores. Uma experiência que merece ser mencionada aqui é a do Instituto de Formação Bancária, que se dedica à formação dos trabalhadores do sector da banca. O Instituto, criado em 1994, optou pela adaptação ao contexto moçambicano de manuais produzidos em Portugal e já formou cerca de 3000 pessoas. Em 1994, 80% dos bancários tinham apenas ensino primário; hoje praticamente já não há trabalhadores deste nível nos bancos.

Na província nortenha de Niassa, o ESAM, uma ONG ligada à Igreja Católica, iniciou uma experiência com ensino secundário à distância, usando material escrito produzido e compilado localmente e contando com as estruturas de apoio da Igreja para a distribuição do mesmo aos alunos. A mesma organização encomendou à Universidade Católica o bacharelato para professores a que fizemos referência no início deste artigo.

São várias as experiências com educação à distância no país, mas na sua maioria são de pequeno porte e pouco conhecidas. A contribuição da educação à distância no ensino formal e informal ainda é muito limitada. Mas isto pode mudar ao longo da primeira década deste novo milénio.

Política e estratégia de educação à distância

Em 2000, como parte do Governo saído das eleições de Dezembro de 1999, pela primeira vez, foi criado um Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. A ministra nomeada para este novo Ministério criou em 2001 uma comissão interdisciplinar com a tarefa de desenhar uma estratégia para a introdução da educação à distância no ensino superior em Moçambique.

A comissão desenvolveu o seu trabalho com apoio de consultores internacionais e formulou a política e estratégia da introdução da educação à distância em Moçambique. O documento, que inclui já alguns projectos-piloto, foi discutido no Conselho de Ministros em Outubro de 2001, onde recebeu elogios, mas também críticas no sentido de que uma estratégia desta envergadura não se devia limitar apenas ao ensino superior. A comissão recebeu a tarefa de ampliar o seu trabalho para abranger todos os níveis da educação, do primário ao superior, incluindo a educação não formal. A comissão foi ampliada e passou a incluir representantes do Ministério da Educação (MINED).

A nova Comissão rescreveu a estratégia (versão final: MINED/MESCT 2001) e o conjunto de projectos-piloto prioritários foi submetido ao financiamento através dum crédito do Banco Mundial. Ao desdobrar a sua visão, a comissão já não se interroga sobre se Moçambique deve ou não introduzir a educação à distância. O debate é colocado noutros termos: Moçambique não será capaz de realizar a expansão e diversificação das oportunidades de educação que o Governo preconiza sem recorrer à educação à distância. A questão, portanto, passa a ser: como introduzir a educação à distância.

O documento de estratégia deixa claro que não será apenas o ensino formal que poderá beneficiar-se da introdução de um sistema de educação à distância, mencionando explicitamente a formação profissional, cursos não-formais, cursos de actualização e de formação contínua, entre outros, como tipos de formação que poderão ganhar com esta estratégia.

O documento pinta quatro possíveis modelos para a gestão de um sistema de educação à distância, que variam desde a total autonomia de todas as instituições que decidam oferecer cursos à distância, até à criação de um instituto novo, independente das instituições já existentes, que seria responsável pela gestão das infra-estruturas necessárias, pela planificação e pelo desenho curricular, pela elaboração dos materiais, assim como pelo registo, pela supervisão e avaliação e pela certificação dos alunos à distância.

Entre estes dois extremos, a comissão optou pela criação dum Instituto Nacional de Educação à Distância (INED), responsável pela coordenação da educação à distância, mas deixando a produção dos cursos fundamentalmente a cargo das instituições existentes. O futuro INED terá a responsabilidade de desenvolver e gerir as infra-estruturas para a educação à distância e de oferecer formação em metodologias específicas para os designers dos cursos das diversas instituições. Ao Instituto caberá assegurar a criação e gestão da rede de centros de atendimento aos alunos, enquanto às instituições implementadoras dos diferentes cursos à distância serão responsáveis pela avaliação, registo académico e certificação dos seus respectivos alunos.

A opção por um instituto autônomo é considerada a única viável numa situação de escassez de recursos, humanos e materiais. A comissão receia que a introdução da educação à distância possa resultar num fracasso se este processo for deixado ao critério de cada uma das instituições. Para vencer o ceticismo em relação às possibilidades que oferece a educação a distância num país que muito pouca experiência tem com ela, é preciso garantir à partida a qualidade da oferta.

Uma rede nacional de educação à distância

A estratégia de implementação da educação à distância preconiza três acções prioritárias. Em primeiro lugar é preciso garantir a criação de competências para a gestão do sistema, através de acções de formação. Para o efeito, foram contratados os serviços dum consórcio constituído pela Commonwealth of Learning (COL) e o South African Institute of Distance Education (SAIDE) para dar uma formação específica a um grupo de cerca de 50 pessoas, provenientes de diferentes instituições que pretendem oferecer educação à distância. Esta formação começará em Setembro de 2003 e terá a duração de nove meses e deverá assegurar a criação de um corpo homogéneo de especialistas, que, mesmo trabalhando em instituições diferentes, estarão conscientes do projecto comum de que estarão a participar.

A segunda acção prioritária é a criação de uma rede nacional de centros de recursos para garantir o suporte académico, logístico, didáctico e técnico aos estudantes. Numa primeira fase, serão criados onze centros regionais, um em cada uma das províncias em que o país está dividido. Estes centros serão equipados com salas para o estudo individual ou em grupo, com uma pequena biblioteca e com um número razoável de computadores. Os centros estarão ligados à Internet e terão também as condições técnicas necessárias para a impressão de materiais.

Os centros regionais terão um papel administrativo (guichê único para todas as instituições que ofereçam cursos à distância), assim como um papel de apoio pedagógico, através de tutores. À volta destes centros regionais, poderão constituir-se no futuro um número cada vez maior de centros de menor envergadura, através do aproveitamento racional das infra-estruturas que vão sendo montadas, como são os casos de computadores nas administrações distritais ou escolas e das Rádios e TVs comunitárias.

A terceira acção prioritária nesta primeira fase da implementação do sistema é a criação de condições para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento da educação à distância, através da promoção de alguns projectos-piloto a serem executados em estreita ligação com as diferentes instituições envolvidas. A comissão teve a tarefa de escolher os projectos-piloto de modo a atender necessidades educativas cujo atendimento terá efeitos multiplicadores para o desenvolvimento do próprio sistema de educação à distância.

Os projectos-piloto vão fazer parte integrante das actividades de formação a começar em Setembro de 2003 e serão organizados de tal maneira que a sua avaliação contribuirá para a reorganização, planificação, implementação e análise de custos/benefícios das opções seguintes de formação, sugeridas pelas diferentes instituições.

As actividades de projectos-piloto escolhidas são as seguintes:
a) Curso para a formação de professores para o ensino secundário;
b) Curso para alunos do ensino secundário;
c) Curso de preparação para ingresso no ensino superior

O curso de formação de professores para o ensino secundário visa responder a uma grande pressão que existe neste nível. Com efeito, existem muitos alunos que terminam o ensino primário e demandam o ingresso no ensino secundário. Como não existe capacidade de construção de novas escolas e nem de formar novos professores, as autoridades locais do governo transformam escolas primárias em escolas secundárias e recrutam professores primários, sem qualquer tipo de preparação profissional, com graves consequências para a qualidade do serviço prestado. Neste caso, o projecto-piloto consistirá na concepção e desenvolvimento de materiais para a formação em serviço de professores que se encontram nas escolas secundárias recém-abertas, que não conseguem ter acesso ao ensino secundário por falta de escolas deste nível.

O curso para alunos do ensino secundário tem em vista dar resposta à pressão que existe da parte dos jovens que terminam o ensino primário e demandam ingressos no ensino secundário, pretensão não satisfeita por manifesta falta de escolas e de vagas neste nível de ensino. Deste modo, através da modalidade de educação à distância seria possível expandir o acesso ao ensino secundário a dezenas de milhares de jovens que demandam este nível de ensino.

O curso de preparação para ingresso no ensino superior visa dar uma preparação intensiva aos jovens que pretendem concorrer para o seu ingresso no ensino superior. Todos os anos, há cerca de oito mil jovens que concorrem para cerca de dois mil lugares disponíveis para ingresso no ensino superior. Muitos desses jovens, sobretudo os que provêm de zonas muito recônditas e desfavorecidas não conseguem ter acesso, pois obtêm resultados muito fracos.

Concluindo, a modalidade de educação à distância não é uma panaceia para resolver qualquer problema educacional. Contudo, acreditamos que, quando bem concebido, organizado e gerido, pode conduzir a resultados bastante positivos e com grande impacto, tanto em termos de expansão equitativa de acesso, como em termos de prestação dum serviço educativo de alta qualidade.

Referências bibliográficas

Buendía Gómez, M. (1999). Educação Moçambicana; História de um Processo: 1962-1984, Livraria Universitária, Maputo

Ministério da Educação (1998). Plano Estratégico de Educação 1999-2003 “Combater a Exclusão, Renovar a Escola”, Maputo

Ministério de Educação e Cultura (1980). Ensino a Distância; uma primeira abordagem, Maputo

MINED/MESCT (2001). Educação à Distância em Moçambique, Maputo.
Também disponível em <http://www.mesct.gov.mz>

PNUD (2001). Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2000, Maputo
<http://www.sardc.net/HDev/MHDR2000/port/index.html>

PNUD (2002). Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2001, Maputo
<http://www.undp.org.mz/anmviewer.asp?a=15>

UNDP (2003). Human Development Report 2003
<http://www.undp.org/hdr2003/>

UNESCO (2002). Education for All: Is the World on Track? (EFA Global Monitoring Report 2002)
http://portal.unesco.org/education/ev.php?URL_ID=13597&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201

UNESCO Institute for Statistics. <http://www.uis.unesco.org>

1. Os autores fazem parte da Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Educação à Distância, que opera dentro do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, e podem ser contactados via e-mail (ensino.distancia@mesct.gov.mz) ou pelo endereço: CIINED MESCT, Av. Patrice Lumumba 770, Maputo, Moçambique.

2. Este bacharelato foi avaliado recentemente por uma equipe do Departamento de Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em conjunto com técnicos dos Ministérios da Educação e do Ensino Superior de Moçambique. Um dos autores deste artigo participou nesta avaliação.

3. Para 1990 a fonte é UNESCO 2002: 244 e 252; para 1999 e 2003, os dados foram fornecidos pelo Ministério da Educação (em Agosto de 2003).

4. Esta parte do artigo é baseada principalmente numa entrevista com o Dr. Miguel Buendía Gómez, realizada em Abril de 2003. Buendía foi director do DED entre 1982 e 1988 e é autor do livro "Educação Moçambicana".
5. Esta parte do artigo é baseada principalmente numa entrevista com os Drs. António Domingues Franque e Anísio Matangala, realizadas em Maio e Junho de 2003, respectivamente.
6. Informações prestadas pelo Dr. Aurélio Rocha, director do Instituto de Formação Bancária em Maio de 2003.